

A CLASSIFICAÇÃO DE ADJETIVOS E SUBSTANTIVOS

A palavra é o elemento linguístico de que se constituem os enunciados das línguas humanas. Não encontramos qualquer dificuldade para a identificação de palavras, de tal sorte que mesmo falantes de línguas ágrafas conseguem segmentar enunciados em palavras, reconhecendo-as unidades linguísticas isoladas. Também nas línguas escritas podemos encontrar evidência para confirmar o status da palavra como unidade básica da estrutura gramatical. Nas línguas ocidentais, por exemplo, palavras escritas são delimitadas por espaços em branco e/ou sinais de pontuação, fato que atesta seu caráter unitário. Com efeito, a facilidade com que prontamente identificamos as palavras como unidades do discurso talvez seja uma indicação da existência de critérios formais de que a linguagem dispõe. Assim, cabe ao linguista fixar a palavra como unidade gramatical com vistas a formular teorias para a análise linguística.

Embora o reconhecimento da palavra como unidade linguística não demonstre dificuldades para os falantes, não parece ser tão simples defini-la. Tal fato decorre da distinção feita de acordo com a teoria gramatical clássica do grego e do latim, segundo a qual os estudos das palavras são divididos em *flexão* e *derivação*. A *flexão* trata das diferentes formas que uma mesma palavra pode assumir em sua relação com outras palavras. Estudos da flexão descrevem paradigmas verbais como as conjugações, assim como as formas substantivas e suas variações quanto às categorias tradicionais de gênero, número e caso, etc. A *derivação*, por sua vez, trata dos processos que utilizamos na formação de novas palavras mediante o acréscimo de afixos a palavras ou raízes. É através dos processos derivacionais que formamos substantivos a partir de verbos (*realização* de realizar), advérbios a partir de adjetivos (*felizmente* de feliz), etc. Temos, portanto, formas distintas de uma mesma palavra como em *gato/gatos* (partes de um paradigma regular referente à categoria de número), assim como novas palavras formadas de acordo com a necessidade dos falantes, como ocorre nos processos derivacionais.

Conforme podemos observar, o estabelecimento das palavras em classes distintas como substantivos, verbos, adjetivos e advérbios é fundamental para o estudo de processos como a derivação e a flexão. Neste capítulo pretendemos apresentar as diferentes abordagens no que diz respeito à classificação de palavras e os critérios adotados para a definição de adjetivos e substantivos.

2.1

As Classes de Palavras e Suas Abordagens

A divisão de palavras em classes segue, tradicionalmente, o sistema de classificação elaborado na antiguidade clássica por gramáticos gregos e latinos. Pode-se destacar a distinção em oito classes da *Téchnēgrammatiké*, compêndio desenvolvido por Dionísio da Trácia para a análise da estrutura do grego¹. O sistema elaborado por Dionísio serviu de base para a análise de diversas línguas europeias, dentre as quais a língua latina. No entanto, a divisão das palavras em classes suscitou problemas que têm perdurado desde os tempos primórdios da análise gramatical.

Uma importante questão diz respeito às definições dadas por Dionísio da Trácia para as classes de palavras. A lista de definições elaborada por Dionísio é problemática, na medida em que reflete aspectos do grego que não são tidos como universais². Ademais, os critérios para a definição das classes, embora refinados para a época em que foram elaborados, são hoje imprecisos. Assim, grande parte das definições como a de *nome* como *parte do discurso que possui flexão de caso e que significa pessoa ou coisa* e a de *verbo* como *parte do discurso sem flexão de caso, mas flexionada em tempo, pessoa e número, que significa atividade ou processo executado ou experimentado*, misturam critérios flexionais e semânticos, chegando a resultados conflitantes quando aplicados a uma gama mais ampla de instâncias específicas de diferentes línguas (Lyons, 1979; Lyons, 1981; Robins, 1979).

¹ Posteriormente desdobrada em nove classes para a língua latina.

² Lyons (1979: 335) define os critérios incorporados nas definições de Dionísio da Trácia como glossocêntricos.

Pode-se afirmar que a definição de nomes e verbos elaborada por Dionísio da Trácia combina propriedades muito limitadas, circunscritas a casos muito específicos. Ao delimitar a classe dos nomes a partir de seu significado (nomes denotam *pessoas* ou *coisas*), Dionísio fornece uma definição nocional dos nomes, que não pode ser aplicada a todos os substantivos. Assim, o sentido da classe “nome” é mais diverso do que podemos supor, haja vista o exemplo de palavras como *verdade* e *eletricidade*, que não se encaixam na definição fornecida por Dionísio. Além disso, é impossível determinar se substantivos podem ser definidos dessa forma em todas as línguas (Lyons, 1979: 334). Adotar a estratégia de definir a classe referente aos nomes em termos exclusivamente nocionais não parece ser a melhor solução diante de tal situação.

No entanto, Dionísio apresenta também uma definição flexional, com vistas a estabelecer distinções precisas entre as classes de palavras. À flexão de caso foi dada grande importância como *fundamentum divisionis*, de tal sorte que classes distintas de palavras se fundamentavam na ausência ou presença de flexão de caso. Assim, Dionísio distingue nomes de verbos por estes não apresentarem flexão de caso, ao passo que aqueles a apresentam. Também esse modelo de agrupamento paradigmático é insuficiente para diversas línguas cuja estrutura morfológica não apresenta distinções desse tipo. Robins (1979: 212) fornece os exemplos do chinês e do vietnamita, que apresentam um paradigma bastante limitado de palavras variáveis.

Ademais, Dionísio deixou de levar em consideração a importância de fatores de ordem sintática para a classificação de palavras. Robins (1979: 211) apresenta três classes para as relações sintáticas, a saber: as relações posicionais, que dizem respeito à ordem das palavras nas frases; as relações de co-ocorrência, que se referem a determinados requerimentos ou possibilidades de concatenação de palavras em relação a outras na formação de frases ou sintagmas; e as relações substitutivas, que remetem à possibilidade de substituição de palavras ou grupos de palavras (contíguos ou descontíguos) nas frases por outras palavras ou grupos de palavras de mesmo valor gramatical.

A tradição normativa atual ainda se baseia nos princípios estabelecidos na antiguidade clássica, de maneira que definições nocionais para classes de palavras como o substantivo e o verbo são bastante comuns. No entanto, outros critérios também são adotados pelas gramáticas normativas na classificação de palavras, tal

como a definição suplementada por paradigmas morfológicos (adotada também por Dionísio da Trácia), além de levar em conta as relações sintáticas / funcionais.

2.2

Adjetivos e Substantivos

Veremos a seguir algumas definições de adjetivos e substantivos, elaboradas de acordo com as abordagens tradicionais, estruturalistas e lexicalistas.

2.2.1

Abordagens Tradicionais

A definição de substantivos e adjetivos constitui um problema para as gramáticas normativas da língua portuguesa em razão da mistura de critérios para a definição de classes de palavras. O substantivo é geralmente definido de acordo com o critério semântico, ou seja, toma-se o significado como base para a atribuição de palavras à classe dos nomes. Bechara (1999) define o substantivo da seguinte maneira.

Substantivo é a classe de lexema que se caracteriza por significar o que convencionalmente chamamos objetos substantivos, isto é, em primeiro lugar, substâncias (homem, casa, livro) e, em segundo lugar, quaisquer outros objetos mentalmente apreendidos como substâncias, quais sejam qualidades (bondade, brancura), estados (saúde, doença), processos (chegada, entrega, aceitação).

Rocha Lima (2008: 66) também fornece uma definição semântica do substantivo, conforme podemos ver na citação a seguir:

Substantivo é a palavra com que nomeamos os seres em geral, e as qualidades, ações ou estados, considerados em si mesmos, independentemente dos seres com que se relacionam.

Tais definições, embora consideravelmente mais completas do que a elaborada por Dionísio da Trácia (*substantivos significam pessoas ou coisas*), também são problemáticas na medida em que a única razão para considerarmos bondade, brancura, saúde como coisas apreendidas mentalmente como substâncias é justamente o fato de serem substantivos. Parece ser o caso de uma solução “ad hoc”, adotada com vistas a não descartar a análise tradicional do substantivo como *palavra que nomeia as coisas*. Também ambas as definições são ambíguas, na medida em que qualidades, ações, estados e processos³ também podem caracterizar adjetivos e verbos. Não é recomendável, portanto, definir o substantivo em termos exclusivamente semânticos.

Há, no entanto, outras maneiras de definir a classe dos substantivos. Algumas gramáticas normativas fornecem, além da definição semântica, uma definição funcional para o substantivo. Cunha & Cintra (2001: 177), por exemplo, levam em conta fatores de ordem sintática a fim de caracterizá-lo. É possível, portanto, defini-lo a partir de sua posição estrutural ou caracterização funcional, conforme podemos conferir no trecho a seguir:

O substantivo é a palavra que serve, privativamente, de núcleo do sujeito, do objeto direto, do objeto indireto e do agente da passiva.

Assim, partindo de bases distribucionais formais, podemos identificar como substantivos palavras que podem exercer as funções sintáticas supracitadas. O critério sintático adotado por Cunha & Cintra na definição dos substantivos é também usualmente adotado com vistas a definir a classe dos adjetivos. Tal fato não surpreende, uma vez que adjetivos acompanham substantivos. Assim, definem o adjetivo Rocha Lima (2008: 96) como “a palavra que restringe a significação ampla e geral do substantivo”, Cunha & Cintra (2001: 245) como “um modificador do substantivo” e Said Ali (1965: 38) como “a palavra que se junta ao substantivo para denotar qualidade, propriedade, condição ou estado do respectivo ser”. Entretanto, as definições tradicionais de adjetivos não são somente sintáticas. A razão para isso decorre do fato de que a definição exclusivamente sintática não distingue adjetivos de determinantes como artigos ou

³ Substantivos que fazem referência a fatos, processos e acontecimentos estão ligados ao processo morfológico denominado como nominalização. Constituem-se de palavras derivadas de verbos como chegar e aceitar (chegada, aceitação).

pronomes demonstrativos. Assim, adjetivos, restringem, modificam e caracterizam substantivos além de acompanhá-los; ao passo que determinantes apontam e estabelecem relações (Basilio, 1987: 53).

Em suma, as gramáticas normativas definem substantivo e adjetivo como classes de palavras distintas, embora a imprecisão no tocante aos critérios, distintos para as duas classes, crie dúvidas que são problemáticas para a teoria lexical, uma vez que é fundamental a marcação categorial de ambas as classes a fim de que se possa especificar as bases e produtos dos processos de formação de palavras⁴.

2.2.2

Abordagens Estruturalistas

A abordagem estruturalista com respeito à classificação de palavras caracteriza-se pela crítica à gramática tradicional em virtude da mistura de critérios. Dessa forma, os estruturalistas optam por privilegiar os critérios morfológico e funcional⁵. Mattoso Camara Jr. (1977: 177), ao abordar a questão da classificação de substantivos e adjetivos, define a classe dos nomes⁶ por oposição semântica aos verbos:

[Os nomes são o] grupo de palavras que se opõe ao verbo pelo valor estático dos seus semantemas.

⁴ Ademais, conforme observa Basilio (2004: 79), existem “mecanismos de mútua conversão entre ambas as classes, bem como a possibilidade de extensão de propriedades de uma classe para outra”.

⁵ Com efeito, Mattoso Camara atenta para a associação íntima entre o critério semântico e o critério morfológico, uma vez que significante e significado são indissociáveis: “Um signo linguístico, e conseqüentemente também a palavra, é, em virtude de sua essência e definição uma unidade de forma e sentido. O sentido não é qualquer coisa de independente, ou, mais particularmente, não é apenas um conceito; conjuga-se a uma forma. O termo *sentido* só pode ser definido com o auxílio do conceito *forma*” (Groot Apud Camara Jr. 1976: 67).

⁶ A proposta de Mattoso Camara Jr. remete à tradição gramatical latina, uma vez que esta não distinguia adjetivos de substantivos, reunindo-os sob a denominação única de *nomen*, com as especificações *nomen substantivum* e *nomen adiectivum*. Castilho (2010: 511) observa que tal fato se dá em virtude de ambas as classes compartilharem um grande número de traços mórficos tais como a vogal temática em {-o} e {-e} e a flexão de gênero e de número.

Fornece, também, definições de nomes e verbos com vistas a justificar sua visão:

O nome indica as “coisas”, quer se trate de objetos concretos ou de noções abstratas, de seres reais ou de espécies [...]. O verbo indica os “processos”, quer se trate de ações, de processos ou de passagem de um estado a outro (Meillet apud Camara, 1977: 177).

Trata, a seguir, de subdividi-los “em virtude de sua função na frase ou conjugação num sintagma lexical”. Assim, os nomes se subdividem em substantivo e adjetivo, apresentando muitas vezes uma forma única que pode ser determinado (substantivo) ou determinante (adjetivo) em concordância de gênero e número com o determinado no sintagma lexical. Dessa maneira, um substantivo como *indivíduo* pode ser determinado por adjetivos (determinantes) como *alto* e *magro* (indivíduo alto, indivíduo magro).

A proposta de Mattoso Camara Jr. para uma classe de nomes em que substantivos e adjetivos são subdivididos em virtude de sua função na frase, embora resolva o problema da classificação substantivo / adjetivo do ponto de vista sintático, torna-se problemática no nível do léxico, na medida em que a especificação categorial de adjetivos e substantivos é fundamental para a teoria lexical.

Dessa maneira, ao adotarmos o modelo proposto por Camara Jr., não temos a possibilidade de distinguir a categoria lexical dos produtos dos processos de formação de substantivos e adjetivos, assim como deixamos de estabelecer a distinção entre sufixos formadores de substantivos e sufixos formadores de adjetivos. Dessa forma, teríamos somente Regras de Formação de Palavras (RFPs) formadoras de nomes, os quais poderiam funcionar como determinantes ou determinados⁷.

Assim, ao adicionarmos o sufixo –do para formar *prejudicado*, dizemos que esta palavra é um *nome*, de maneira que seria impossível representá-la no nível lexical como adjetivo, e não como substantivo. Ademais, não teríamos como registrar ocorrências em que é possível encontrar um substantivo correlato, restando a estas a mesma representação como *nome*.

⁷ Acerca da proposta de Camara Jr., Basilio (1995) diz: “adotar a proposta de Camara corresponde a desistir de representar generalizações bastante claras nos processos de formação de palavras em português”.

A obra de Mattoso Camara Jr. exerceu enorme influência sobre os estudos e estudiosos da língua portuguesa. Entretanto, encontramos outras propostas descritivas de cunho estruturalista na descrição do português. Um exemplo de proposta exclusivamente morfológica é a elaborada por Schneider (1974), que divide as palavras segundo sua estrutura morfêmica. Considerando o fato de que o português dispõe de morfemas flexionais e derivacionais, a autora divide os vocábulos em dois grupos: palavras passíveis de flexão (verbo, substantivo, numeral, pronome e adjetivo) e palavras não sujeitas à flexão (advérbio, preposição e conjunção).

2.2.3

Abordagens Lexicalistas

As análises da Hipótese Lexicalista são fundamentadas na Teoria Gerativa, que se trata de um modelo formal de língua que tem como um de seus objetivos a explicitação do conhecimento que permite aos falantes produzir e compreender as sentenças de uma língua. Nesse sentido, a gramática gerativa é uma abordagem sintática.

Depois de um primeiro momento em que fenômenos morfológicos foram desconsiderados como componentes gramaticais autônomos, o léxico é introduzido na gramática gerativa com o desenvolvimento da Hipótese Lexicalista (Chomsky, 1970). A proposta de Chomsky possibilita representar no interior do léxico as relações entre os itens lexicais. No âmbito da Hipótese Lexicalista, cabe à morfologia derivacional a tarefa de dar conta da competência do falante na aquisição do léxico de sua própria língua. O léxico, portanto, não se constitui apenas de uma lista de entradas lexicais. Consiste também em um conjunto de regras que permitem ao falante associar entradas lexicais e formar novas palavras a partir da análise de sua estrutura.

No tocante à sua metodologia, diz-se que esta é dedutiva, na medida em que dados referentes à natureza das línguas não podem ser adotados de antemão. Uma análise segundo os princípios da gramática tradicional, como a definição de substantivo como *a palavra para nomear seres e coisas*, por exemplo, não está de

acordo com os preceitos da gramática gerativa, uma vez que esse tipo de argumento parte de uma generalização *a priori*. Em outras palavras, não podemos inferir se todos os substantivos são palavras para nomear seres e coisas partindo do conhecimento que temos acerca do substantivo em uma determinada língua.

De acordo com a Hipótese Lexicalista, a natureza das classes de palavras de uma dada língua é delimitada através da análise gramatical. Termos da análise baseada em critérios semânticos da gramática tradicional (como, por exemplo, *substantivo*, *adjetivo* e *verbo*) são, de fato, passíveis de utilização como rótulos para classes de palavras. Entretanto, análises indutivas tais como as que aqui descrevemos nada dizem acerca do estatuto gramatical formal das classes de palavras. Assim, a definição de uma classe gramatical só pode ser feita mediante a aplicação dos critérios usados para delimitá-la (Robins, 1977).

O modelo da Teoria Padrão da Gramática Gerativa se fundamenta em dois módulos informacionalmente encapsulados. O léxico fornece os itens com os quais a sintaxe trabalha. Os itens lexicais carregam informações importantes para a arquitetura sintática, como especificações morfológicas, sintáticas e semânticas. A sintaxe, por sua vez, é responsável pela derivação dos itens lexicais em uma estrutura hierárquica. Os elementos lexicais se combinam mediante a aplicação de sucessivas operações que atuam sobre essas informações, também chamadas de traços formais.

Assim, um dado item lexical é tido como um complexo de traços formais. O traço categorial (ou seja, a classe de palavras da gramática tradicional, representado por rótulos como “nomes” ou “verbos”) é responsável pela especificação das possibilidades de inserção dos itens lexicais nas frases. Os traços morfológicos são responsáveis pelas formas fonológicas que determinadas categorias assumem. Traços semânticos são ligados à seleção das categorias lexicais específicas (Basilio, 1980: 28).

A proposta de Chomsky é, no entanto, problemática no que diz respeito à sua concepção de entrada lexical. Segundo o modelo de Chomsky, itens lexicais como o nome *informação* e o verbo *informar* correspondem a uma entrada única no léxico. Ou seja, formas derivadas como nominalizações em *-ção* não têm existência independente de suas bases verbais. As possibilidades de ocorrência como nome estão ligadas a regras morfológicas, as quais são responsáveis pela forma fonológica dos nomes deverbais.

O modelo de Chomsky em que pares Nome/Verbo tais como os do exemplo acima formam uma entrada categorial única não dão conta do fato de que produtos de nominalizações podem servir de base para outras formações, tais como *informacional*.

O modelo proposto por Jackendoff no artigo “Morphological and Semantic Regularities in the Lexicon” (1975) apresenta diferenças significativas em relação à proposta de Chomsky. Jackendoff apresenta um arcabouço no qual é possível dar conta das relações entre os itens do léxico. Nesse modelo, chamado de Teoria da Entrada Plena, as relações lexicais estão ligadas à eficiência do sistema da língua. A facilidade de aquisição de novos itens lexicais, tais como nomes deverbais, estaria associada ao conhecimento da entrada lexical relacionada.

De acordo com a proposição de Jackendoff, os itens lexicais são relacionados, mas, ao contrário da proposta formulada por Chomsky, não correspondem a uma entrada única no léxico. Entradas lexicais como o par *informar* / *informação* são tidas como entradas distintas, porém relacionadas através de Regras de Redundância lexical. Assim, tomando como exemplo a nominalização, uma entrada lexical X (tal como *informar*) contém uma série de propriedades fonológicas, morfológicas, sintáticas e semânticas está relacionada a uma entrada lexical Y (*informação*), que contém propriedades da mesma natureza. No modelo proposto por Jackendoff, as Regras de Redundância lexical incluem informação sobre as classes Nome e Verbo.

O modelo de Aronoff em “Word Formation in Generative Grammar” (1976) muda a perspectiva no que tange ao estudo do léxico. O estudo da produtividade lexical passa a ser o foco da Teoria Lexical. Assim, o léxico passa a ser considerado como um conjunto de formas possíveis, além das formas já existentes. Aronoff também desenvolve a noção de bloqueio, um conceito elaborado com vistas a delimitar as possíveis restrições à classe potencial de palavras na língua.

De acordo com a proposta elaborada por Aronoff, a produtividade de processos de formação de palavras está ligada às características da base. Assim, informações morfológicas do input podem especificar o grau de produtividade de uma regra de formação de palavras. Um dado processo de formação de palavras pode ser 100% produtivo (tal como a nominalização), ou seja, funcionar sobre todos os tipos de bases de uma dada categoria lexical, ao passo que outros

processos podem ter sua produtividade reduzida, funcionando apenas sobre bases específicas quanto à sua constituição morfológica.

A teoria de Aronoff é de base vocabular. Palavras novas só podem ser formadas a partir da aplicação de regras regulares a palavras já existentes na língua. As regras de formação de palavras (RFPs) são descritas mediante um esquema formalizado conforme podemos ver a seguir:

$$(1) [X]_a \rightarrow [[X]_a Y]_b$$

Na RFP representada acima, X representa a base da formação e Y representa o afixo. a e b são as classes de palavras, ou, na terminologia linguística adotada no arcabouço gerativista, as categorias lexicais. De acordo com a formalização acima, ao acrescentar Y à X, sendo X um elemento de uma dada categoria a, formamos um elemento de uma categoria lexical b.

No tocante ao produto da regra de formação de palavras, este deve ser membro de uma categoria lexical maior. Segundo o modelo de Aronoff, o produto de uma RFP dever apresentar um traço categorial único. Esse fato é problemático quando nos deparamos com fenômenos de flutuação categorial. Assim, a regra imposta por Aronoff não nos permite estabelecer generalizações para lidar com casos como o processo de formação de nomes de agente em português. De acordo com as regras estabelecidas conforme o esquema em (1), temos de admitir somente uma categoria para os nomes de agente. Entretanto, temos exemplos de processos de formação de nomes de agente, tais como as formações X-dor, que podem ser apenas substantivos (tal como em “2”), apenas adjetivos (tal como em “3”), ou podem ocorrer ou como substantivos ou como adjetivos (tal como em “4”).

(2) O governador foi julgado por crime de improbidade.

(3) Um jovem promissor em Wall Street decidiu ajudar o colega.

(4) Vi um enganador tentando ludibriar o povo.

Esse político enganador tem de ser banido da federação.

Casos como os do exemplo acima tornam necessária a existência de alternativas ao princípio do produto categorial único. Basilio (1980) sugere uma solução dentro da Hipótese Lexicalista. Segundo a autora, tendo em vista os problemas que as formações em –dor apresentam, é preciso “admitir que produtos de RFPs podem ser especificados para uma categoria lexical maior. Assim, temos a RFP de formação de nomes de agente abaixo:

$$(5) [X]_v \rightarrow [[X]_v \text{ dor}]_{Ag}$$

N_vAdj

Em suma, adotar a proposta de Aronoff no que diz respeito às Regras de Truncamento para tratar das formações derivadas de bases presas torna difícil a adoção de uma teoria lexical baseada em palavras. Da mesma forma, admitir o princípio do produto categorial único não nos permite explicar RFPs que projetam mais de uma categoria lexical, tal como no caso exemplificado em (4).

Vimos que diferentes abordagens dos estudos da linguagem adotam critérios variados no que tange à classificação de palavras. As abordagens tradicionais são primordialmente semânticas, embora outros critérios também sejam utilizados. As abordagens estruturalistas optam pelo princípio da economia, de maneira que há propostas exclusivamente sintáticas, em que a posição no sintagma e a combinação com outros elementos lexicais dentro deste são fundamentais para a definição das classes de palavras, assim como há propostas exclusivamente morfológicas, tal como observamos em Schneider (1974). As abordagens gerativistas definem as categorias lexicais através de propriedades sintáticas, fato que é justificável em razão de a Teoria Gerativa ser, sobretudo, uma teoria sintática (Basilio, 2004).

A multiplicidade de critérios disponíveis para a definição das classes de palavras nos leva a um impasse. Assim, temos dois caminhos para a descrição gramatical: a adoção de um critério único ou o emprego conjunto de todos os critérios. Basilio (1987, 2004) opta pela segunda alternativa. Segundo a autora, devemos estabelecer as classes de palavras levando em conta os três critérios – semântico, morfológico e sintático – em razão do caráter complexo dos itens lexicais, compostos de propriedades semânticas, morfológicas e sintáticas. Acerca dos problemas em relação à escolha de um critério único, Basilio (2004: 22) diz:

Por exemplo, a definição semântica do substantivo nos diz como os substantivos se comportam na construção dos enunciados? Não. Ora, como a posição de ocorrência das palavras na construção dos enunciados é parte essencial da descrição gramatical, uma classificação de palavras que não inclua esse ponto será forçosamente insuficiente. Assim, a menos que se possa deduzir o comportamento dos substantivos a partir de sua função semântica, a definição por critérios semânticos não será adequada à descrição gramatical. Já a definição sintática do substantivo como núcleo do sujeito, objeto direto e agente da passiva dá conta de suas posições estruturais, mas nos deixa inteiramente no escuro sobre as propriedades de concordância do substantivo em relação ao adjetivo.

Nessa visão, portanto, a inter-relação das propriedades semânticas, morfológicas e sintáticas é um fator determinante para o estabelecimento das classes de palavras, de maneira que uma descrição adequada só seria possível mediante o emprego conjunto dos três critérios.